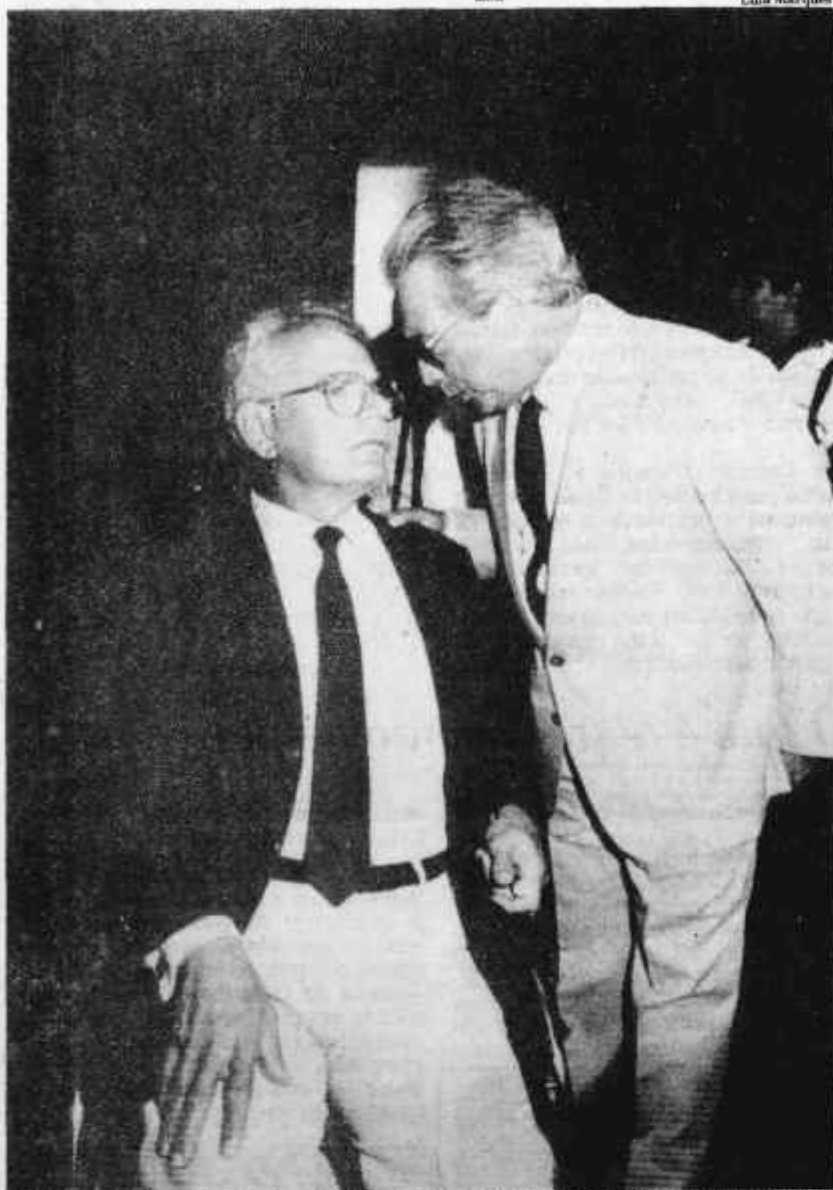


Centrão quer cargos em troca de apoio aos cinco anos



Roberto Cardoso Alves e José Lourenço conversam no Salão Verde do Congresso

Da Sucursal de Brasília

Sem rodeios, o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), 54, disse ontem que o Centrão só garantirá aprovação do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e discutirá a inversão da pauta do Congresso constituinte se o governo, em troca, tiver cargos para oferecer a seus integrantes.

Lourenço, que é um dos líderes do grupo, disse que não saberia prever o resultado da votação do mandato de Sarney se a questão fosse a plenário hoje. "O governo poderia ser surpreendido com uma derrota", afirmou. E acrescentou que "se ele fizer esses ajustes (cargos) não dará quatro anos". Os "ajustes" não significam necessariamente uma reforma ministerial: "Isso não é fundamental, há o segundo e o terceiro escalão." Lourenço fez o mesmo raciocínio para a possibilidade de inversão da pauta do Congresso constituinte, que permitiria a votação do mandato e do sistema de governo antes das outras matérias, como quer o Palácio do Planalto. "Acho que o Centrão deve debater esta questão depois de o governo ajustar sua estrutura a quem o apóia, é preciso adequar o

Inversão pode acontecer em qualquer momento

Da Sucursal de Brasília

Teoricamente, a inversão da pauta do Congresso constituinte poderá acontecer mesmo depois do início da votação do projeto em plenário, previsto para amanhã. Bastará a mudança do regimento interno ou um acordo unânime entre todos os partidos. Na prática, é impossível. Mesmo que o Centrão, por exemplo, consiga 290 assinaturas (maioria absoluta)

governo à sua base parlamentar", disse, à tarde na Câmara.

O "ajuste" de cargos não é um problema muito complicado para o governo, segundo Lourenço. Por duas razões: primeiro, porque "o presidente sabe quem o apóia através das assinaturas (referência às 317 assinaturas da emenda pró-cinco anos do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR)"; segundo, "esse ajuste pode ser feito em quinze dias", antes, portanto, de começar a esquentar a votação da Constituinte.

A Folha apurou que a explicita

defesa de mais cargos no governo, em troca de apoio aos cinco anos, feita por Lourenço, visa também sua permanência na liderança do PFL. A eleição do novo líder, ou a permanência do atual, será decidida em fevereiro. Ao defender mais cargos no governo, Lourenço está procurando angariar apoios dentro da bancada do PFL para sua reeleição (a bancada seria supostamente a beneficiária das indicações).

Os "quatroanistas" — que amanhã discutem campanha popular — querem votar a questão em último lugar, para que até lá a crise econômica corra os cinco anos.

Inversão difícil
Já a inversão da pauta dificilmente prevalecerá. Até líderes do Centrão

acham a proposta virtualmente impossível. Ela só pode ser feita ou com uma mudança no atual regimento do Congresso constituinte ou com acordo unânime de todos os partidos. "Acho que é impossível mudar o regimento, exceto se houvesse um grande acordo. E isso não vai ter", disse ontem o deputado Luiz Eduardo (PFL-BA), 33, outro líder do Centrão.

Esta é a mesma avaliação do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 54. Depois de um encontro com Sarney, ontem de manhã, no Palácio da Alvorada, Sant'Anna reconheceu que há divisão no Congresso entre os que apóiam e rejeitam a inversão da pauta e não se mostrou animado.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, também achou "difícil" a inversão da pauta, mesmo com a sugestão do consultor-geral da República, Saulo Ramos, que propôs a votação simultânea das Disposições Transitórias da Constituinte com a parte permanente. Já o ministro da Justiça, Paulo Brossard, defendeu a inversão, com a rápida definição do mandato de Sarney. "Se esta questão não for resolvida logo não haverá tempo para realização de eleição este ano", disse.

Costa Couto nega interesse em atraso da Constituinte

Da Sucursal de Belo Horizonte

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, afirmou ontem em Belo Horizonte (MG) que é "inadmissível" a conjectura de que o Palácio do Planalto estaria interessado em manter atrasados os trabalhos do Congresso constituinte, com objetivo de impedir a realização de eleições presidenciais este ano. Segundo Costa Couto, "de modo algum, o governo recorrerá ao atraso para

se beneficiar". O ministro disse ainda que o governo tem interesse na votação imediata das Disposições Transitórias. E alegou que a indefinição quanto ao prazo do mandato presidencial e ao regime de governo trazem "prejuízo". "Sem horizontes, fica difícil governar", afirmou.

Costa Couto defendeu o mandato de cinco anos para Sarney como "o melhor" para o país, uma vez que o governo poderia "completar seu programa de ação" e adequar as leis

ordinárias à nova Constituição. O ministro lembrou ainda "que aqueles que apregoam que a emenda Iensen pode emagrecer, esquecem-se de que esse argumento tem mão dupla". Ou seja, tanto os deputados que assinaram a emenda podem não votar, quanto os que não assinaram podem votar pelos cinco anos, disse.

Costa diz ter constatado que o povo brasileiro está muito mais preocupado com alimentação, educação e saúde do que com questões políticas.

"As pesquisas mostram que toda a vez que o custo de vida sobe, a popularidade dos presidentes cai", completou.

O ministro chegou a Belo Horizonte às 17h para participar, junto com os ministros da Fazenda (Máilon da Nóbrega), do Planejamento (João Batista de Abreu) e das Minas e Energia (Aureliano Chaves), da posse do presidente da Associação Comercial de Minas, Lucio Assumpção.

Jânio quer 6 anos de mandato para Sarney

Da Reportagem Local

O prefeito de São Paulo, Jânio da Silva Quadros, 71, lançou ontem pela manhã, no Pátio do Colégio (zona central paulistana) — durante as cerimônias de comemoração dos 434 anos da cidade —, seu manifesto "A Nação". No documento, Jânio defende seis anos de mandato para o presidente José Sarney, afirma que o Congresso constituinte não tem poderes para alterar o sistema de governo e reclama "um murro na mesa do Chefe Supremo da Nação". O manifesto, previsto para ser lido no "Fantástico", programa dominical da Rede Globo de Televisão, foi,

segundo o prefeito, seu "presente de aniversário a São Paulo".

Poderes derivados

Jânio afirma que o Congresso constituinte não pode tocar nas questões mais polêmicas do momento: sistema de governo e mandato presidencial. Segundo ele, "somente uma sublevação geral que a tudo destrua e erradique, terá poderes, se reunida em Assembléia, para alterar a estrutura estatal". O Congresso constituinte — continua Jânio — tem "poderes derivados da Constituição vigente" e foi convocado "graciosamente" pelo presidente "atento aos apelos populares". Trata-se da mesma abordagem dada ao Congresso cons-

tituinte pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, em estudo elaborado em setembro do ano passado. Jânio fala na "fraqueza moral ou de caráter dos homens públicos" e critica os partidos políticos. Afirma que a dívida externa é "espantosa e responsável por fortunas do mesmo porte".

"Não sou candidato"

Depois da cerimônia, Jânio afirmou que sairá definitivamente da política no final deste ano, negando se candidataria a presidente. "Depois do meu último dia de mandato na Prefeitura vou para minha casa aproveitar uma deliciosa rede cearense que ganhei", disse Jânio.

Segundo ele, "nem a sucessão municipal me diz respeito". Mas fez a ressalva: "Meu candidato será o mesmo do governador Orestes Quércia", mais uma vez agraciado com rasgados elogios de Jânio. "Vejo o nome do governador com muita simpatia para disputar a Presidência, até porque São Paulo está fora do Planalto desde a minha renúncia", disse o prefeito. Jânio creditou à "velhice" e ao estado de saúde de sua mulher a retirada do cenário político. Quando um repórter perguntou que o deputado Ulysses Guimarães também tem 71 anos, Jânio retrucou: "Eu não posso impedir que velho nenhum, apoiado em bengalias, seja candidato".



O prefeito Jânio Quadros lê seu "manifesto à nação" no Pátio do Colégio

"A nação reclama o murro na mesa, sobretudo de seu chefe supremo"

Esta é a íntegra do "manifesto à nação" lido ontem pelo prefeito paulistano Jânio Quadros:

"Raras vezes, na história, um povo se sentiu tão desesperado. Sentimento que toca as raízes da apatia e resulta de promessas não cumpridas, quase demagógicas ou enganadoras; da carência de civismo e da fraqueza moral ou de caráter de seus homens públicos.

A política, sempre imaginosa e capaz de criar um novo Estado nas revoluções pacíficas ou cruentas, em atividades responsáveis e emobecedoras, consagrando para a posteridade figuras excepcionais — goste-lo ou não —, aviltou-se, de tal sorte, que os homens bons a evitem na defesa de seus interesses legítimos e da reputação que desejam intacta.

De 1930 até nossos dias, o país tem-se revolido em um turbilhão de apetites pessoais ou grupais que lhe desonra a autoridade, que na pátria e superior conveniência, que na do mundo circundante. Resultou, assim, corrupção ética e desperdício, que não se arrepende de ser lavada como tal, o que encoraja a impunidade enriquecedora, alastrando-se sem pejo nem freios.

O exemplo frutifica, atingindo quase toda a cidadania e, especialmente, a juventude. O patriotismo, do qual o civismo e o exemplo mais alto do amor pátrio, esmaeceu a ponto de tornar-se mera expressão de palanques destinados a ludibriar as massas. Submerso em três crises, a institucional, a econômica e a social, poucos os que constam do Brasil como um todo, rico e dádivo, que reclama apenas a contribuição de cada um para a felicidade coletiva.

A economia, a inflação galopante, a usura, a gula dos que demoram e a irresponsabilidade de supostos dirigentes, destituídos de qualquer sentimento cívico, Poderiam fazê-lo, se estivessem no propósito de

fundar uma República, reestabelecer um reinado ou instituir os "soviets". Ou, ainda, se dessemos organizar parte de uma nação, tornada independente, emprestando-lhe o corpo legal. Sobre isso, eleito o presidente, segundo normas vigentes, para um mandato de seis anos, há quem, afirmando a simples vontade popular — "há dona é móvel" —, cogite de reduzi-lo, outorgando-se, a si próprio, a licença de um Cabral ou dos donatários.

Na ordem social, a pretensão de fazer justiça, alcança-se em cheio o trabalhador, a quem se confina no emprego que assumiu, acrescentando vantagem habitual à condição do operário, da qual só sairá com lesões graves, se se demitir da empreitada. As greves se multiplicam, acaloradas por casuíscas mesqueras, inclusive no funcionalismo. Ora, a Lei!

A produção cai e a produtividade é exigua. Em decorrência, a empresa se estiola, anacrônica e amedrontada. Não percebem os trabalhadores, em greve, que só se obtém mais leite, ampliando os rebanhos. Ao invés, parecem jurados a matar a vaca e espartear-lá.

Cometeram-se desastres, até com a Justiça, como se a soberania da Casa Legislativa fosse absoluta e não relativa, porque derivada. Até aqueles que, no Congresso, não foram eleitos para elaborar a Carta Magna interferem e dos altos coturnos emitem opinião, com a licença de Apelles. Estamos caminhando para o que se viu sempre no horizonte: tragédia inevitável. Desapareceu na grande maioria dos brasileiros, sobretudo na heterogeneidade da representação, a vontade de lutar, a lucidez, o sentimento entranhado de apego e carinho à terra natal.

Este não é o momento para debates acadêmicos. Cumpre respeitar o presidente do qual a Constituinte é expressão de legalidade e elaborar uma Constitu-

ção que inaira o Brasil na órbita das nações civilizadas, abrindo suas fronteiras à tecnologia e aos capitais estrangeiros. A nação, que se sabe imensa e forte, sem o temor de vizinhos continentais ou de além-mar. A nação, na qual os direitos tenham correspondência com os deveres, e todos se sujeitem à lei, como está escrita, e Deus o impõe. A nação que cumpre, confraternizar, com os demais, porque, afinal, somos todos homens, com os mesmos sonhos, as mesmas esperanças, a mesma confiança no futuro e as mesmas limitações, tudo aguardando o juízo final. A nação que só se alcança, com labor peninos, que admite pequenas transigências e exige grandes sacrifícios. A nação que reclama, às vezes, o murro na mesa e o "NAO!" desassombado, sobestudo de seu chefe supremo.

São Paulo, — hoje, nas mãos firmes e operosas do governador Orestes Quércia —, que sempre indicou, desde os primórdios com as Bandeiras, até o riacho do Ipiranga e o memorável "FICO", os ramos da Santa Cruz, formula, agora, através do prefeito que deixa a vida pública, um apelo para que se congreguem e congreguem os herdeiros dos pró-homens que nos conduziram até aqui, a fim de que nos levem adiante, a um Brasil esplêndido — o chamado "Florão da América" — sem os sem-terras, sem a miséria, a moléstia e ignorância, sem o operário escravizado à máquina, sem o troço a quem falta o futuro, sem a mulher confundida em objeto, sem os falsos doutores que não leram Ihering, sem os plutocratas, vorazes e cúpidos, sem a desonestidade que enoda a muitos, maxime os delegados do voto.

Esse o Brasil desejado: limpo, livre, fraterno, capaz de olhar seus filhos e os de outras terras, como companheiros de jornada nas estrelas.

Jânio Quadros
Prefeito"

A tortuosa via do prefeito para voltar à Presidência

Da Reportagem Local

O prefeito Jânio Quadros deu ontem um novo passo pautado pela síndrome de Sana Kahn, denominação do vidente que no início dos anos 50 lhe disse que seria eleito por duas vezes à Presidência da República, com o risco calculado de ser vítima de um homicídio — e não das forças ocultas, como em 1961 —, para não cumprir seu segundo mandato.

A rota a ser percorrida passa desta vez pela necessidade de Sarney ter sua sucessão disputada apenas em 1989, pois só assim Jânio enfrentaria as urnas sem o índice atual de rejeição na opinião pública. Em segundo lugar, mantêm-se rotineiros eleitorais em que a bipolarização política levaria o bloco conservador a investir em nomes capazes de conter Leonel Brizola.

A mudança no comportamento público de Jânio reflete a tática de ajudar a chocar simultaneamente os dois ovos: o dos cinco anos para Sarney e o de uma

sucessão bipolarizada. Jânio considerava-se predestinado para encarnar o princípio da autoridade dos governantes, e é por essa via que corre sua defesa da não amputação do mandato presidencial. Entre os amigos, ele menciona como argumento suplementar a impossibilidade de se negociar com as instituições credoras externas, caso o processo sucessório interno já estivesse desencadeado para este ano. Lembrando sua condição majestosa de ex-presidente, ele se mostra absolutamente confiante no fato de as 590 obras já desencadeadas nesses 25 meses de administração serem capazes de lhe atribuir o peso que acredita merecer nas negociações políticas mais amplas.

No momento conveniente, lançará mão dos recursos publicitários para a operação de seu relançamento a nível nacional. Por enquanto — e não é pouco —, contenta-se com a cobertura extensiva de uma grande rede de televisão. (João Batista Natali)